



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 1.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Idalécio Quaresma

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Levy Nazaré

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 15 minutos.

No quadro da queixa-crime do Sr. Presidente da Assembleia Nacional contra o Sr. Deputado Levy Nazaré a 1.ª Comissão deu conta da leitura da carta do Sr. Presidente da Assembleia Nacional informando da sua ausência à auscultação por motivo de missão de serviço a Abuja – Nigéria.

Na sua auscultação, o Sr. Deputado Levy Nazaré (ADI) disse não estar em condições de prestar declarações

por alegada existência de vícios e irregularidades no processo.

Fizeram também uso da palavra os Srs. Deputados Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Domingos Boa Morte (ADI), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), António Ramos (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD) e Arlindo Ramos (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 10 horas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Ramos
Arlindo Barbosa
Elsa Pinto
Guilherme Octaviano

Acção democrática Independente (ADI)

Arlindo Ramos
Domingos Boa Morte
Domitília Trovoada
Idalécio Quaresma

Partido de Convergência Democrática (PCD)

Xavier Mendes

O Sr. **Presidente**: — Antes de começarmos, gostaria de informar que acabei agora mesmo de receber uma carta vinda do gabinete do Sr. Presidente, que diz o seguinte: Excelentíssimo Sr. Presidente da 1.^a Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional.

Assunto: Viagem do Sr. Presidente da Assembleia Nacional.

Encarrega-me Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional de informar a Vossa Excelência que por motivo de uma missão de serviço a Abuja – Nigéria não poderá comparecer à auscultação que está marcada para hoje dia 13, pelas 9 horas. Assim sendo, solicita que seja marcada uma nova data para o efeito.

Com os melhores cumprimentos.

Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional, em São Tomé, a 13 de Novembro de 2013.

Recebi às 9 horas e 13 minutos e são 9 horas e 15 minutos.

Então, não estando o Sr. Presidente, não sei se os Srs. Deputados querem tecer alguma consideração, porque não estando o Sr. Presidente e tendo nós uma outra auscultação marcada para as 10 horas, marcaremos uma outra data para esta auscultação.

Temos uma reunião na sexta-feira para analisar a questão do Orçamento Geral do Estado e nessa data pode ser que arranjam uma data para essa auscultação.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Vamos agora iniciar a nossa auscultação, tendo em conta que não está o Sr. Presidente da Assembleia Nacional. Recebemos a pouco um documento informando da sua impossibilidade de participar neste momento connosco e, por isso, convoquei o Sr. Deputado Levy Nazaré, que estava previsto para as 10 horas, que mostrou disponibilidade em aparecer. O nosso objectivo essencial é auscultá-lo para emitir um parecer à Procuradoria-geral da República, tendo em conta que recebemos, na 1.^a Comissão, um documento do juiz de instrução criminal e outro da Procuradoria-geral da República, concretamente aos Srs. Deputados Alcino Pinto, Levy Nazaré e Manuel Martins, mais conhecido por Manuel São Zinha. Neste momento, nós na 1.^a Comissão tínhamos feito um parecer com respeito e enviamos à Mesa da Assembleia e só vou citar o último parágrafo:

«Assim sendo, venho pela presente solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de aceitar o contacto com as supras referidas instituições, no sentido de encontrar uma nova data, tendo sempre em consideração os tramites estabelecidos.» Mas depois o Presidente deu um despacho na mesma nota, dizendo de que deveríamos ter um prazo de 7 dias para ouvir os Srs. Deputados. E no último encontro que fizemos para auscultação7 houve vozes a favor e vozes contra, concretamente do Grupo Parlamentar do ADI, em que eu também faço parte, e que dizia que achava por bem que devíamos solicitar à Procuradoria-Geral da República a marcação de uma nova data, tendo em conta os preceitos legais que temos aqui nesta Casa. Mas foi a decisão da maioria que teríamos que ouvir os Srs. Deputados e para isso tenho cá o Sr. Deputado Levy Nazaré. Antes gostaria de ter um relator, para apresentar o relatório dessa auscultação. Não temos candidatos? Se não houver um candidato para produzir o relatório, é complicado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Eu sugeria que o técnico fizesse o relatório, porque a princípio, neste momento estamos quase todos ocupados com a questão do Orçamento e uma série de questões. Assim, sugeria que o técnico fizesse, mas não sei se isso é regimental. Essa é a minha sugestão.

O Sr. **Presidente**: — Mas acho que esta não é missão dos técnicos dos serviços. Quer dizer, estão disponíveis para nos apoiar e não para serem redactores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI):— Acho que essa competência é dos Deputados e não dos técnicos.

O Sr. **Presidente**: — Propostas. Ninguém quer se inscrever? Não podemos fazer uma auscultação sem um redactor.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Ainda bem que sou de casa, senão seria vergonhoso.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Tem que ser um jurista.

O Sr. **Presidente**: — Ah, tem que ser um jurista? Então, agora temos que acrescentar uma condição, que para ser deputado todos têm que ser juristas. Nas comissões não há suplente. Então fica o Sr. Deputado António Ramos como redactor.

Sr. Deputado Levy Nazaré, o que nos traz aqui foi uma nota que veio da Procuradoria-geral, solicitando um parecer no sentido de o senhor ter que comparecer para ser apresentado como declarante, num acto que corre os seus trâmites na Procuradoria-geral da República. Então, sobre o assunto, gostaríamos de saber o que é que o Sr. Deputado tem para nos dizer, de forma a subirmos com a questão para o Plenário, tendo em conta que o Estatuto de Deputados, no artigo 13.^o, ponto 1 diz: «Os Deputados não podem, sem autorização da Assembleia Nacional, ser perito ou testemunha, nem ser ouvidos como declarante nem como arguidos, excepto, neste último caso, quando presos em caso de flagrante delito ou quando suspeitos de crime a que corresponda pena maior.»

A decisão prevista no ponto anterior é tomada em plenária precedida de audiência do Deputado com o parecer da comissão competente em relação à matéria. E, neste momento, o que vamos fazer é elaborar o parecer para ser submetido ao Plenário, que caberá tomar a decisão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de mais, gostaria de dizer que venho cá em respeito aos Deputados da Assembleia, em respeito à própria 1.^a Comissão e em respeito às instituições, mas sobre esse assunto concretamente que referiu tenho declarações a fazer, mas não vou fazê-las hoje, porque entendo que há um conjunto de vícios e irregularidades em todo esse processo. Digo isto não só como Deputado, mas também como jurista. Sei que há um conjunto de irregularidades nesse processo e com elas sempre disse que não me pauto e não seria hoje que me iria pautar.

Eu entendo que estamos num processo democrático em que há regras democráticas a se cumprir, um órgão colegial em que as decisões são tomadas pela maioria, mas a maioria não significa ultrapassar procedimentos, a maioria não significa violar a lei, a maioria não significa passar por cima de regras. Daí que eu tenho elementos mais do que bastante em minha posse para impugnar qualquer decisão que possa vir a tomar aqui e é isso que farei se insistirem em avançar com essas irregularidades que, na minha opinião, são fáceis de serem sanadas. As pessoas estão a insistir nisso e eu depois tomarei as minhas decisões.

Quero dizer aqui, sem arrogância, sem prepotência e sem nada que não é nada disso, porque os documentos falam por si e tenho na minha posse documentos suficientes para argumentar em qualquer fórum, noutra parte.

Sei que é possível ajudar um Deputado e está abalizado na Lei 8/2008, salvo erro, e penso que todos nós devemos conhecer aquilo que diz a Lei, independentemente de ser jurista ou não, porque somos Deputados e temos que conhecer a Lei, ainda mais a lei que fala sobre os Deputados. Ao estar extemporâneo um documento que vem do Ministério Público, esse documento não pode prevalecer sobre qualquer decisão que se possa tomar aqui. Penso que há mecanismos e a Assembleia tem como resolver esse problema. Penso que em menos de 2, 3 dias se resolve esse problema rapidamente. Então, na minha opinião, quando esse vício ficar resolvido, virei como vim hoje.

Quero dizer que não estou a refutar-me a nada. Virei como vim hoje, mas não irei compactuar com irregularidades e vícios de procedimento. É que estamos perante um processo e é bom que as pessoas saibam que os processos têm procedimentos que não podem ser ultrapassados. Eu teria que ser ouvido sob uma nota do Ministério Público, dizendo-me quando e porquê eu iria prestar declarações ao Ministério Público. E é só assim. Agora há uma nota de facto, mas ela está extemporânea e com actos da própria Assembleia a demonstrar a espontaneidade dessa mesma nota.

Porque é que estou a dizer que estou na posse de documentos que me deixam à vontade nisso que estou a dizer? Mais uma vez, Sr. Presidente, é também um conselho para si, mesmo que estejamos na Casa da democracia e a maioria é que decide, não assine documentos ilegais, não assine decisões ilegais que violam a lei.

Porquê? Porque estamos em democracia. Não assine nada que viole os procedimentos. É um conselho que dou a si, enquanto Presidente da 1.^a Comissão. Porque ninguém tem que assumir actos ilegais. Uma assinatura num documento é um acto. Aguardo que se corrija esses procedimentos para que eu possa vir aqui enquanto Deputado dizer aquilo que tenho a dizer à 1.^a Comissão, mas se quiserem avançar mesmo na ilegalidade, violando a Lei e os procedimentos, as pessoas assumirão depois os seus actos.

É isso que queria dizer e reafirmo a minha disponibilidade para vir cá responder sobre o processo, desde que estejam de facto cumpridos todos os requisitos e que os procedimentos sejam legais e respeitados.

É o que eu tenho a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.
Não sei se têm algum comentário a fazer.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Dito isto, gostaria que me permitisse ausentar-me da sala.

O Sr. **Presidente**: — Ok, obrigado.
Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Eu vim aqui com a intenção de perceber, tanto é que mais de metade do grupo solicitou-me o que é que viemos tratar hoje. Muitos perguntaram-me, mas eu também não sabia dos pormenores.

Vim aqui para tomar contacto com os factos, mas infelizmente o que ouvimos são considerações, chamada de atenção ao Presidente e alegada violação de procedimentos. Queria ouvir do Sr. Deputado que se passou isso, isso, factos. Eu não gostei do que ouvi, gostaria de ouvir os factos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — É um conselho e uma chamada de atenção ao Sr. Presidente da Comissão, porque eu também fiquei sem entender. O Deputado Levy Nazaré fez a exposição que fez para os Deputados todos e logo a seguir pediu autorização ao Sr. Presidente para abandonar a sala, e o Sr. Presidente também aceitou e está a pedir comentários.

Essa situação é um bocado caricata, porque pelo menos o Sr. Presidente devia colocar isso à Comissão para saber se os Srs. Deputados queriam usar da palavra com a presença do Sr. Deputado Levy, que fez a explanação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Se eu percebi bem, que também fique claro que o Sr. Deputado disse que estava disponível. Para mim a essência da conversa é disponibilidade e o resto é blá-blá-blá. Porque viemos cá e toda gente sabe que o Grupo Parlamentar do ADI disse claramente que não é possível num Estado de direito democrático fazer-se um parecer para o Plenário autorizar ou não o Sr. Deputado, quando não sabemos quando o processo vai ser arquivado. Para mim é a maior besteira que a 1.^a Comissão decidiu.

Foi uma decisão da 1.^a Comissão e então estamos cá para cumprir, porque a essência é escutar o Sr. Deputado Levy Nazaré, se está disponível ou não e o Sr. Deputado transpareceu que não vai refutar absolutamente nada e que está disponível.

O Sr. **Presidente**: — Sobre este assunto eu gostaria de dizer o seguinte: quando esse processo chegou-nos às mãos, na 1.^a Comissão, reunimos e na altura foi-me recomendado pela Comissão que iríamos fazer uma nota à Mesa da Assembleia, pedindo que fosse indicado outra data, e assim eu fiz. Passo a ler mais uma vez: «Assim sendo, venho pela presente solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência, no sentido de encetar contactos com as supras referidas instituições, no sentido de encontrar uma outra data, tendo sempre em consideração os tramites estabelecidos.»

Quais são os trâmites a que nós fizemos referência na Lei 8/2008? Tal foi o meu espanto quando disseram-me que tinha prazo de 7 dias para ouvir os Srs. Deputados. Quando voltei a levar a questão para a 1.^a Comissão e estivemos lá a discutir, pelo menos fui um dos que votou contra, no sentido de que eu fiz uma solicitação à Procuradoria-Geral da República e tenho que receber uma nota da Procuradoria dizendo que a data é tal e é em função dela que vou ouvir os Srs. Deputados. Eu não vou ouvir os Srs. Deputados e depois ficar à espera da marcação do dia. Porque isso tudo é um processo e os processos têm que ter procedimentos próprios.

Creio que nós cometemos um erro, no meu entender. Eu não sou especialista na matéria, mas creio que cometemos um erro. Devíamos esperar uma nota vinda da Procuradoria-geral da República ou do juiz de instrução criminal, dizendo que a audiência passa a ser dia tal e em função dessa data é que nós agiríamos, mas foi o contrário. Foi por isso que nós sempre nos pusemos contra e que creio que todo o processo deve ter os seus procedimentos. Na realidade, um dos motivos levantados pelo Sr. Deputado Levy Nazaré são os vícios que estão dentro do processo e as irregularidades. Creio que não devíamos compadecer-nos com essas situações, mas de toda forma quero também salientar que o Deputado Levy não disse que não estaria disponível. Ele está disponível a vir à Assembleia prestar declarações, mas desde que esses vícios sejam totalmente superados, tendo em conta que era uma decisão da 1.^a Comissão e essa reunião era para ouvir os Srs. Deputados e é por isso que cá estamos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Eu entendo vício de uma outra forma. Beber é um vício e se eu não bebo não posso dizer que outros que bebem estão viciados. Se há uma norma e se a maioria decidiu, já não é vício, mas sim é uma norma. Por isso temos que excluir esta palavra. E outra coisa, temos que dar tempo. O Sr. Deputado dispõe e pode arranjar outros argumentos. Não é porque o Tribunal disse tantos dias que vamos fazer as coisas à pressa sem a pessoa argumentar e esgotar toda a sua defesa. A gente tem que ouvir as pessoas e até eu não excluo a hipótese de haver um perdão oficial e tal, para nós resolvermos esta questão. Dar tempo para a pessoa falar.

Quanto à questão de o Sr. Deputado não querer colaborar, podemos analisar com detalhes, porque quando se fala de vício, meus senhores e minhas senhoras, depende da cultura e de vários aspectos. Socialmente, a gente só chama uma coisa de vício quando não é aceitável pela sociedade, uma grande parte rejeita. Quando a grande parte aceita, já não é vício, mas sim é norma. É isso que rege a sociedade, princípios gerais da sociologia.

O Sr. **Presidente**: — É a sua resposta, a sua interpretação, e eu não faço comentários.

Vícios a que me referi é porque os procedimentos não seguiram os seus trâmites legais. É isso que chamamos de vícios.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, é só para esclarecer, porque se calhar eu fui mal interpretado. Quando levantei a questão, não tinha nada a ver com a disponibilidade ou indisponibilidade do Sr. Deputado Levy. Era só uma questão de procedimento da Mesa, que eu acho que devia ter em conta, uma vez que o Sr. Deputado Levy falou para os Srs. Deputados cá presentes e antes de abandonar a sala, por uma questão de ética, o Sr. Presidente devia pôr o assunto à consideração dos Deputados presentes para depois autorizar a saída do Deputado Levy. É só essa questão. Não faço finca-pé quanto à sua presença, se vai ser ouvido ou não. Não tem nada a ver.

É só esse esclarecimento que gostaria de fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Acho que estamos a fazer um mau exercício neste momento, porque sabemos que quando a notificação chega tardiamente à Assembleia, sempre foi assim, nós recusamos e solicitamos à Procuradoria da República, ao Ministério Público ou aos Tribunais a marcação de uma nova data. Sempre fizemos isso. Agora, se houve uma nota da Procuradoria-geral da República a notificar os Deputados e essa nota chegou tardiamente à Assembleia e na altura alguns Deputados nem sequer estavam no País, e a 1.^a Comissão analisou a questão e submeteu o assunto para a Mesa da Assembleia para que junto ao Ministério Público encontrasse uma nova data, não sei porque é que a Mesa da Assembleia, o Sr. Presidente, decide sobre uma questão que sabemos que não exequível.

Não há uma data, a data da notificação estava expirada, e havia necessidade da marcação de uma nova data para os Deputados serem ouvidos. Isso não é bicho-de-sete-cabeças. Porque é que estamos a perder tempo com essas coisas? Estamos a perder tempo! Porque se a Mesa solicitasse ao Ministério Público uma nova data, de certeza que essa nova data já estaria aqui na Assembleia e não estaríamos a analisar o assunto da nova data proposta pelo Ministério público. Porque é que estamos a perder tempo com isso? Eu não sei.

O Sr. **Presidente**: — Há mas questões? Bem, não havendo mais questões, damos por terminar esta reunião e esperemos que às 10 horas o outro Deputados apareça.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — O outro já foi responder.

O Sr. **Presidente**: — Foi para onde?

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Já foi ao Tribunal responder.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Manuel Martins «*San Zinha*» *já foi responder sem dar satisfação à Assembleia?*

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a reunião.

Eram 10 horas.